



LEI N.º 500 - DE 25 DE OUTUBRO DE 2006

“Institui o Programa de Créditos da Fazenda Pública Municipal - REFAZ -, relacionado com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN -

A Câmara Municipal de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás, no uso da competência e atribuições que lhe conferem as Constituições da República e do Estado de Goiás, bem ainda a Lei Orgânica Municipal, **APROVA** e **EU**, na condição de Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Municipal - REFAZ -, constituído de medidas facilitadoras para a quitação de débitos para com a Fazenda Pública Municipal, relacionados com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN .

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se crédito tributário favorecido o montante obtido pela soma dos valores do tributo devido, da multa, inclusive a de caráter moratório, dos juros de mora e da atualização monetária correspondente, apurado na data do pagamento à vista ou da primeira parcela.

Art. 2º. As medidas facilitadoras para quitação de débitos compreendem:

I - não incidência de correção, da multa, inclusive a de caráter moratório, e dos juros de mora;

II - pagamento à vista ou parcelado do crédito tributário favorecido por meio da permissão para que seja pago em parcelas mensais, iguais e sucessivas, com exceção da primeira parcela que tem valor diferenciado;

Art. 3º. O REFAZ alcança o crédito tributário relativo ao ISSQN, cujo fato gerador ou a prática da infração tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2005.



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia



Art. 4º. A opção pelo REFAZ:

I - não suspende a aplicação das normas comuns para concessão de parcelamento previstas na legislação tributária;

II - implica confissão irretroatável da dívida por parte do sujeito passivo e a expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso.

Parágrafo único. A opção considera-se formalizada com o pagamento à vista ou da primeira parcela.

Art. 5º. O sujeito passivo, para usufruir dos benefícios do REFAZ, deve aderir ao Programa no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação da presente lei, podendo ser prorrogado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. O percentual de redução da multa, dos juros de mora e da correção monetária, para pagamento do crédito tributário favorecido à vista, é de:

I - 100% (cem por cento), para os créditos cujo fato gerador ou a prática da infração tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2005;

Art. 7º. A redução da multa, dos juros de mora e da correção monetária, para o caso de pagamento parcelado, alcançará o seguinte percentual:

parcelas; I - 90% (noventa por cento) para pagamento em até 02 (duas)

parcelas; II - 70% (setenta por cento) para pagamento em até 04 (quatro)

parcelas. III - 50% (cinquenta por cento) para pagamento em até 06 (seis)

Parágrafo único - o valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), conforme previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 8º. O crédito tributário favorecido pode ser pago em até 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com exceção da primeira que tem valor diferenciado.



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia



Art. 9º. O vencimento das parcelas ocorre 30 dias após o pagamento da primeira parcela, devendo esta ser paga na data da efetivação do pedido de parcelamento.

Art. 10. O programa instituído por esta Lei deve ser coordenado e executado pela Secretaria de Finanças, ficando o seu titular autorizado a baixar os atos necessários à sua plena execução.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA, ESTADO DE GOIÁS, aos 25 dias do mês de outubro de 2006.

ADAÍLTON DO AMARAL
PREFEITO MUNICIPAL

<p>CERTIDÃO</p> <p>Certifico e dou fé que nesta data fixei uma cópia do presente _____ no placar desta Prefeitura Municipal, no lugar de costume e de acordo com a Lei S. M. do Araguaia, <u>17/10/06</u></p> <p><i>Aderi Francisco Marques</i> SEC. DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DECRETO Nº 107/2006</p>
